

Revista a EVOLUÇÃO



Memórias Literárias

- 5
- 9
- 11
- 15
- 17
- 21
- 23
- 25
- 27
- 29
- 33
- 37
- 41

CE
Lite
comun
corações
entrecruza
certeza, irão

PREFÁCIO

fascinante.
Suassuna

Transformar a vida em literatura... leitoras e leitores, co
experiência de viver, como nos diz Suassuna. A
Vamos mergulhar nessas histórias? É pr
da obra que agora se apresenta. Um convite
As histórias aqui registradas estão guard
num lugar muito especial e foca de estudos
antiguidade – a memória.

MEMÓRIAS LITERÁRIAS

CEU ÁGUA AZUL



Revista **1ª** EVOLUÇÃO

Ano V - nº 52 - Maio de 2024

ISSN 2675-2573

Uma publicação mensal da Edições Livro Alternativo

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (Angola):

Manuel Francisco Neto

Coordenaram esta edição:

Vilma Maria da Silva

Manuel Francisco Neto

Colunistas:

Adeilson Batista Lins

Isac Chateaneuf

Organização:

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS) DESTA EDIÇÃO

Alecina do Nascimento Santos

Andressa Talita de Lara

Antônio Evaristo

Daniela da Silva Souza Santos

Dinah Luisa da Silva

Ester de Paula Oliveira

Elisangela Santos Reimberg Eduardo

Fernanda Jaquelina Irineu Holanda

Janaina Pereira de Souza

Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro

Letícia Zuza de Lima Cabral

Luciana Pereira dos Santos Martins

Lucimara dos Santos de Barros

Marcela Rodrigues Pimentel

Maria Aparecida da Silva

Maria de Lourdes Ferreira da Silva

Maria Gilma do Nascimento Azevedo

Marilena Wackler

Monik de Cássia Sena de Almeida Morelo

Monika Shinkarenko

Patrícia Mendes Cavalcante de Souza

Sabino Lázaro Argentino

Sidneia Viana

Sileusa Soares da Silva

Simone de Cássia Casemiro Bremecker

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores e não expressam, necessariamente, a opinião da revista.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Revista Primeira Evolução [recurso eletrônico] / [Editor] Antonio Raimundo Pereira Medrado. – ano 5, n. 52 (mai. 2024). – São Paulo : Edições Livro Alternativo, 2024. 206 p. : il. color

Bibliografia

Mensal

ISSN 2675-2573 (on-line)

Modo de acesso: <https://primeiraevolucao.com.br>

DOI 10.52078/issn2673-2573.rpe.52

1. Educação – Periódicos. 2. Pedagogia – Periódicos. I. Medrado, Antonio Raimundo Pereira, editor. II. Título.

CDD 22. ed. 370.5

Patrícia Martins da Silva Rede – Bibliotecária – CRB-8/5877

ACESSOS: <https://primeiraevolucao.com.br>



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.52>



São Paulo | 2024

Editor Responsável:

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Editor correspondente (ANGOLA):

Manuel Francisco Neto

Coordenação editorial:

Ana Paula de Lima

Andreia Fernandes de Souza

Antônio Raimundo Pereira Medrado

Isac Chateaufneuf

José Wilton dos Santos

Manuel Francisco Neto

Vilma Maria da Silva

Com. de Avaliação e Leitura:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Me. Alexandre Passos Bitencourt

Profa. Esp. Ana Paula de Lima

Profa. Dra. Andreia Fernandes de Souza

Profa. Dra. Denise Mak

Prof. Dr. Isac Chateaufneuf

Prof. Dr. Manuel Francisco Neto

Profa. Ma. Maria Mbuanda Caneca Gunza Francisco

Profa. Esp. Mirella Clerici Loayza

Profa. Dra. Thaís Thomaz Bovo

Bibliotecária:

Patrícia Martins da Silva Rede

Colunistas:

Prof. Dr. Adeílson Batista Lins

Prof. Dr. Isac Chateaufneuf

Edição, Web-edição e projetos:

Antonio Raimundo Pereira Medrado

Vilma Maria da Silva

Lee Anthony Medrado

Contatos

Tel. 55(11) 99543-5703

Whatsapp: 55(11) 99543-5703

primeiraevolucao@gmail.com (S. Paulo)

netomanuelfrancisco@gmail.com (Luanda)

https://primeiraevolucao.com.br

Imagens, fotos, vetores etc:

<https://publicdomainvectors.org/>

<https://pixabay.com>

<https://www.pngwing.com>

<https://br.freepik.com>

Publicada no Brasil por:

Edições
Livro Alternativo

CNPJ: 28.657.494/0001-09

Colaboradores voluntários em:



Esta revista é mantida e financiada por professoras e professores.
Sua distribuição é, e sempre será, livre e gratuita.

A revista PRIMEIRA EVOLUÇÃO é um projeto editorial criado pela **Edições Livro Alternativo** para ajudar e incentivar professores(as) a publicarem suas pesquisas, estudos, vivências ou relatos de experiências.

Seu corpo editorial é formado por professores/as especialistas, mestres/as e doutores/as que atuam na rede pública de ensino, e por profissionais do livro e da tecnologia da informação.

Uma de suas principais características é o fato de ser **independente e totalmente financiada por professoras e professores**, e de distribuição gratuita.

PROPÓSITOS:

Rediscutir, repensar e refletir sobre os mais diversos aspectos educacionais com base nas experiências, pesquisas, estudos e vivências dos profissionais da educação;

Proporcionar a publicação de livros, artigos e ensaios que contribuam para a evolução da educação e dos educadores(as);

Possibilitar a publicação de livros de autores(as) independentes;

Promover o acesso, informação, uso, estudo e compartilhamento de softwares livres;

Incentivar a produção de livros escritos por professores/as e autores independentes;

Financiar (total ou parcialmente,) livros de professoras/es e estudantes da rede pública.

PRINCÍPIOS:

Os trabalhos voltados para a **educação, cultura** e produções independentes;

O uso exclusivo de **softwares livres** na produção dos livros, revistas, divulgação etc;

A ênfase na produção de **obras coletivas** de profissionais da educação;

Publicar e divulgar **livros de professores(as)** e autores(as) independentes;

O respeito à **liberdade e autonomia** dos autores(as);

O combate ao despotismo, ao preconceito e à superstição;

O respeito à **diversidade**.

Filiada à:



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



www.primeiraevolucao.com.br

A educação evolui quanto mais evoluem seus profissionais

05 EDITORIAL

Antônio R. P. Medrado

06 Catalog'Art; Naveg'Ações de Estudantes

Isac Chateaufneuf

08 Ciência, Tecnologia & Sociedade

Adeilson Batista Lins

11 DESTAQUE

MEMÓRIAS LITERÁRIAS

14 POIESIS

J. Witon

ARTIGOS



1. A INSTRUÇÃO COGNITIVA E O CONHECIMENTO DURANTE O INÍCIO DA LINGUAGEM ESCRITA ALECINA DO NASCIMENTO SANTOS	15
2. OS ALUNOS DE EJA E AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS ANDRESSA TALITA DE LARA	23
3. A INSERÇÃO DA LITERACIA FINANCEIRA COMO DISCIPLINA NOS PROGRAMAS CURRICULARES DAS ESCOLAS DO ENSINO PRIMÁRIO ANTÔNIO EVARISTO	31
4. A IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA NO CONTEXTO ESCOLAR DANIELA DA SILVA SOUZA SANTOS	39
5. A RELEVÂNCIA DA SEGURANÇA E CULTURA DE PAZ NA EDUCAÇÃO DESDE A INFÂNCIA DINAH LUISA DA SILVA	45
6. REFLEXÕES SOBRE O CONTEXTO DAS ARTES ELISANGELA SANTOS REIMBERG EDUARDO	53
7. OS ANOS INICIAIS E AS EXPERIÊNCIAS DE LINGUAGEM ESTER DE PAULA OLIVEIRA	59
8. A EDUCAÇÃO E O ENSINO DA CULTURA INDÍGENA FERNANDA JAQUELINA IRINEU HOLANDA	65
9. A EDUCAÇÃO FÍSICA E A MOTRICIDADE NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL JANAÍNA PEREIRA DE SOUZA	71
10. A IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO E DA SUPERVISÃO ESCOLAR JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO	77
11. A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E O DESEMPENHO EM MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO PAULO LETÍCIA ZUZA DE LIMA CABRAL	85
12. A IMPORTÂNCIA DA LITERATURA INFANTIL E DAS HISTÓRIAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL LUCIANA PEREIRA DOS SANTOS MARTINS	93
13. NEUROCIÊNCIA, ORALIDADE E EDUCAÇÃO INFANTIL LUCIMARA DOS SANTOS DE BARROS	105
14. REGGIO EMILIA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARCELA RODRIGUES PIMENTEL	111
15. A GESTÃO ESCOLAR E O PROCESSO DEMOCRÁTICO E PARTICIPATIVO MARIA APARECIDA DA SILVA	117
16. A LUDICIDADE E CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO CORPORAL NAS CRIANÇAS MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA	123
17. DIVERSIDADES NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL MARIA GILMA DO NASCIMENTO AZEVEDO	133
18. LETRAMENTO DIGITAL NA FORMAÇÃO DOCENTE MARILENA WACKLER	141
19. A EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA ABORDAGEM SOBRE A ÁGUA MONIK DE CÁSSIA SENA DE ALMEIDA MORELO	151
20. O TEA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA MONIKA SHINKARENKO	159
21. NEUROLINGUÍSTICA: UMA INTERSEÇÃO ENTRE NEUROCIÊNCIA E LINGUAGEM PATRÍCIA MENDES CAVALCANTE DE SOUZA	165
22. O IMPACTO DO ESTILO DE LIDERANÇA OPTADO PELO GESTOR ESCOLAR NA GESTÃO DA ESCOLA SABINO LÁZARO ARGENTINO	171
23. RELAÇÕES AFETIVAS NO AMBIENTE ESCOLAR RELACIONADAS AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA SIDNEIA VIANA	183
24. EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA TEA SILEUSA SOARES DA SILVA	191
25. A IMPORTÂNCIA DA LEITURA NO UNIVERSO SIMONE DE CÁSSIA CASEMIRO BREMECKER	199

A IMPORTÂNCIA DA COORDENAÇÃO E DA SUPERVISÃO ESCOLAR

JÉSSICA MIDORI NINOMIYA RIBEIRO¹

RESUMO

Atualmente, estão em discussão temas relacionados à Gestão Democrática dentro do princípio da Gestão Escolar, assim como os papéis dos coordenadores pedagógicos e supervisores escolares, com foco na melhoria da qualidade de ensino e no exercício da cidadania. Este trabalho tem como objetivo discutir as contribuições dos coordenadores pedagógicos e supervisores escolares para o ensino, além da implementação da Gestão Democrática nas escolas públicas. A metodologia adotada foi qualitativa, baseada em observações do cotidiano escolar, bem como em análises de artigos, teses, monografias, dissertações e outros documentos relacionados ao tema. Os resultados demonstram que o envolvimento desses profissionais na Gestão Escolar é fundamental para garantir que a escola cumpra sua função social de desenvolver cidadãos críticos e fomentar a busca pelo conhecimento.

Palavras-chave: Gestão Democrática; Gestão Escolar; Formação; Qualidade Educacional.

INTRODUÇÃO

A Gestão Escolar abrange liderança, planejamento, organização, orientação, mediação e outros processos relacionados à promoção da aprendizagem e à formação dos alunos. Esse tema envolve funções e processos desempenhados por coordenadores, diretores, supervisores e assistentes, entre outros profissionais da Educação. O presente artigo se foca na discussão sobre a implicação dos papéis do coordenador pedagógico e do supervisor escolar nos processos de Gestão Democrática dentro da escola.

A relevância do tema está no fato de que esses profissionais são responsáveis pela organização e orientação administrativa e pedagógica da escola, promovendo uma cultura escolar proativa e empreendedora por meio da autonomia, da resolução de problemas e do encaminhamento adequado das questões

existentes, utilizando-as como oportunidades para o desenvolvimento e a aprendizagem em geral.

Os desafios nessa área são muitas vezes gerais e complexos, exigindo uma visão mais abrangente e articuladora, característica dessas funções específicas. Esses profissionais desempenham um papel crucial na escola, pois são articuladores, promotores e incentivadores de ações que fomentam a discussão e a reflexão no espaço coletivo.

Os objetivos desta pesquisa são discutir as contribuições do coordenador pedagógico e do supervisor escolar para o ensino. A metodologia utilizada foi qualitativa, baseada em observações do cotidiano escolar, bem como na análise de artigos, teses, monografias, dissertações e outros documentos relacionados ao tema.

¹ Licenciada em Pedagogia Plena pela Faculdade Sumaré. Professora de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura Municipal de São Paulo, SME, PMSP.

Os resultados mostraram que o envolvimento desses profissionais na Gestão Escolar é vital para garantir que a escola cumpra sua função social e promova a construção do conhecimento. Além disso, eles devem possuir formação adequada e dialética, demonstrando a capacidade de interagir com os demais profissionais da escola, promovendo uma educação de qualidade que combine conhecimento e afetividade.

ATRIBUIÇÕES DO CARGO DE COORDENADOR E SUPERVISOR

Costuma-se dizer que as funções do coordenador pedagógico estão atreladas à formação continuada dos professores:

[...] deve ter em conta que as expectativas direcionadas a ele e a sua função estão fundadas em solo nutrido também pelo inconsciente. Isso quer dizer que, em parte, as expectativas, independente de serem positivas ou negativas, são expressão de fantasias, desejos e hostilidades secretos dos sujeitos, projetados nessa figura externa. Em virtude disso, tendem a não se concretizar. Ao assumir a tarefa de coordenação ou equivalente, o profissional deve estar preparado para não sucumbir à idealização e à rejeição iniciais, ou mesmo no transcorrer do trabalho na instituição (ARCHANGELO, 2003, p. 141).

Realmente, a função do coordenador pedagógico é crucial, atuando como formador entre os professores e realizando um atendimento que abrange a gestão, os docentes e os estudantes. O coordenador deve auxiliar os professores em seu contexto pedagógico, atender pais, responsáveis e alunos, orientar no planejamento, substituir professores ausentes, entre outras funções. Infelizmente, devido às muitas atribuições do cargo, muitas vezes não sobra tempo para implementar um plano de ação voltado para a formação continuada dos professores (LIMA, 2007).

Portanto, é necessário que o coordenador estabeleça momentos que possibilitem aos professores refletirem sobre suas práticas e discutirem problemáticas de ensino, como ocorre na Rede Estadual de Ensino

do Estado de São Paulo, com a Aula de Trabalho Pedagógico Coletivo (ATPC), e na Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, com a Jornada Integral Especial de Formação (JEIF).

No entanto, as inúmeras atribuições do cargo fazem com que o planejamento e a formação continuada acabem ficando em segundo plano, transferindo a responsabilidade para as Secretarias de Educação, dependendo da rede de ensino (ORSOLON, 2002).

Assim, o coordenador pedagógico deve utilizar dinâmicas e atividades que incentivem a participação dos professores em reuniões, planejamentos, conselhos de classe e outros momentos de discussão, tornando o ambiente mais harmônico e equitativo para o grupo. É necessário redefinir o perfil desse profissional, afastando-se da ideia de que o coordenador é obrigado a fazer tudo, evidenciando as funções que realmente lhe competem, superando práticas hierárquicas ainda presentes em muitas escolas.

Discutir sobre as práticas e superar possíveis problemas, valorizando o processo de ensino, são as principais atribuições do coordenador pedagógico. Já as atribuições do supervisor escolar, embora diferentes, complementam as do coordenador pedagógico. Supervisionar envolve dirigir ou orientar em um plano superior, tendo uma visão mais abrangente das ações promovidas no contexto educacional (FERREIRA, 1993).

O supervisor deve conduzir processos, ouvir todos os membros da comunidade escolar, discutir e orientar professores e outros profissionais da educação. De acordo com o PL nº 4.106/2012, entre as funções do supervisor escolar estão: acompanhar e supervisionar o cumprimento dos duzentos dias letivos; orientar os professores no planejamento e desenvolvimento das atividades e do currículo; coordenar atividades para atualização e capacitação dos profissionais da educação; acompanhar o processo de sondagem das habilidades dos alunos; acompanhar o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico

e do trabalho dos professores, auxiliando-os em situações adversas; participar de análises qualitativas e quantitativas do rendimento escolar, preocupando-se com índices de evasão e repetência, entre outras atribuições (BRASIL, 2012).

Libâneo (2002, p. 35) discute que o supervisor escolar deve ser “um agente de mudanças, facilitador, mediador e interlocutor”. Ele é o profissional que realiza a ligação entre os professores, a direção escolar e outros profissionais envolvidos na aprendizagem, contribuindo para o desenvolvimento individual, político, econômico e ético dentro da escola. Portanto, as atribuições do cargo são muitas e devem ser pautadas em ações motivadoras, estimulando que cada profissional execute suas tarefas colaborando com os demais, valorizando a objetividade, a ética e o diálogo sempre.

GESTÃO DEMOCRÁTICA NAS ESCOLAS

No final da década de 1980, o Brasil passou por uma transição política significativa. Com o fim da ditadura militar iniciada em 1964, os cidadãos brasileiros recuperaram sua liberdade de expressão (GERMANO, 2000). Esse novo cenário político foi baseado na participação da sociedade, tanto na escolha de seus representantes quanto nas decisões políticas, retornando a democracia ao país.

Na educação, a necessidade de acabar com a cultura de indicações políticas para cargos de confiança levou à criação da Gestão Democrática. Esse modelo visava evitar a centralização de recursos e a interferência direta do governo executivo e das Secretarias de Educação (SILVA, 2016).

A Gestão Democrática foi formalmente institucionalizada no Brasil pela Constituição de 1988. O artigo 206, inciso VI, introduziu uma nova abordagem para a administração das escolas públicas. No entanto, foi apenas no início da década de 1990 que a discussão sobre a Gestão Democrática se intensificou nas escolas. Congressos, fóruns, seminários e outras ações foram realizados para esclarecer e implementar o novo modelo de gestão.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, nº 9394/96) regulamentou a Gestão Democrática como um princípio a ser seguido por todas as escolas públicas. O artigo 3º da LDBEN estabelece que: "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino" (BRASIL, 1996).

As escolas tiveram que adotar o modelo de Gestão Democrática como uma ferramenta administrativa, adaptando-o às especificidades de cada unidade de ensino. A Gestão Escolar refere-se às atividades administrativas, financeiras, tecnológicas, sociais e pedagógicas que as escolas devem executar, conforme as normativas e legislação vigente, além das ações e relações com a comunidade local (SILVA, 2018).

Uma visão diferenciada sobre o ensino e a gestão das escolas públicas é essencial. Algumas escolas permitem que a comunidade seja ativa e participativa, enquanto outras não, o que pode gerar conflitos internos.

O Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001) foi criado com a meta de implementar a Gestão Democrática, incentivando os sistemas de ensino a regulamentarem essa nova gestão e assegurarem a participação da comunidade, promovendo autonomia administrativa e pedagógica.

Para viabilizar essa participação, foi criado o Conselho Escolar, um órgão colegiado representado por diversos segmentos da comunidade, destinado a implementar de forma definitiva as prerrogativas da Gestão Democrática (SILVA, 2016).

A Gestão Democrática e a formação de gestores têm sido prioridades para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), pois a qualidade da Educação Básica está diretamente relacionada a isso. Nesse modelo de gestão, as diretrizes de uma escola são debatidas e decididas pelo grupo todo. O papel da Gestão Escolar é assistir o grupo, promovendo autonomia, participação, transparência, responsabilidade e ética.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a LDBEN e o Projeto Político Pedagógico das escolas, as relações devem gerar integração, cooperação e participação. Assim, as propostas devem ser construídas e reconstruídas por todos os envolvidos no processo.

Para Barros (2009), a gestão democrática deve enfatizar que a administração escolar precisa reunir esforços com a comunidade, para que o Plano Político Pedagógico seja elaborado de forma coletiva, valorizando a voz de todos e preocupando-se com a qualidade da educação, fortalecendo o Conselho de Escola.

Portanto, a Gestão Democrática nas escolas busca promover uma administração participativa e colaborativa, onde a comunidade escolar desempenha um papel ativo na tomada de decisões e na melhoria contínua da qualidade do ensino:

A possibilidade de a escola elaborar e gerir seus planos, programas e projetos. A autonomia administrativa da escola evita que esta seja submetida a uma administração na qual as decisões, a ela referente, sejam tomadas fora dela e por pessoas que não conhecem a sua realidade, contribuindo desse modo para que a comunidade escolar possa, por meio da vivência de um processo democrático e participativo, romper com a cultura centralizadora e pouco participativa em que têm sido elaborados os projetos e efetivadas as tomadas de decisões (DOURADO et al, 2006, p.5).

Uma gestão democrática que visa articulação, forma e conteúdo deve compreender os interesses da sociedade e estar relacionada ao objeto a ser administrado. Em outras palavras:

a) dos objetivos que se buscam alcançar com a escola; b) da natureza do processo que envolve essa busca. Esses dois aspectos não estão de modo nenhum desvinculados um do outro. A apropriação do saber e o desenvolvimento da consciência crítica, como objetivos de uma educação transformadora, determinam (...) a própria natureza peculiar do processo pedagógico escolar; ou seja, esse processo não se constitui em mera diferenciação do processo de produção material que tem lugar na empresa, mas deriva sua especificidade de objetivos

(educacionais) peculiares, objetivos estes articulados com os interesses sociais mais amplos e que são, por isso, antagônicos aos objetivos de dominação subjacentes à atividade produtiva capitalista (PARO, 1996, p.151).

As práticas de gestão democrática influenciam diretamente as relações existentes nas escolas. A maneira como as rotinas são organizadas promove práticas educativas que transcendem a sala de aula, abrangendo todos os espaços da unidade escolar. Outro aspecto crucial é a responsabilidade coletiva pela organização da gestão e pela qualidade do ensino, de maneira democrática (LIBÂNEO, 2002).

No entanto, conforme aponta Mendonça (2001), diversos fatores dificultam a implementação desse processo, tais como a interferência política na área educacional, o funcionamento ineficiente do sistema como um todo, processos administrativos excessivamente burocráticos e o autoritarismo por parte da própria gestão e administração da escola.

Além disso, é fundamental que a comunidade compreenda o processo de democratização para que ele possa ser efetivamente aplicado. A participação da comunidade permite um aprofundamento no grau de organização, contribuindo para a democratização das relações de poder dentro da escola.

Como afirma Gadotti (2004, p. 16): "Todos os segmentos da comunidade podem compreender melhor o funcionamento da escola, conhecer com mais profundidade todos os que nela estudam e trabalham, intensificar seu envolvimento com ela e, assim, acompanhar melhor a educação ali oferecida."

Paulo Freire também discute o processo de Gestão Democrática:

É preciso e até urgente que a escola vá se tornando um espaço escolar acolhedor e multiplicador de certos gostos democráticos como o de ouvir os outros, não por puro favor, mas por dever, o de respeitá-los, o da tolerância, o do acatamento às decisões tomadas

pela maioria a que não falte, contudo o direito de quem diverge de exprimir sua contrariedade (FREIRE, 1995, p. 91).

Por fim, é essencial que a comunidade compreenda esse processo para que ele possa ser realmente implementado. A participação da comunidade permite um aprofundamento na organização, contribuindo para a democratização das relações de poder dentro da escola e, conseqüentemente, para a melhoria da qualidade do ensino.

METODOLOGIA

A presente pesquisa teve como objetivo realizar um levantamento bibliográfico documental sobre a Gestão Democrática e os papéis do coordenador pedagógico e do supervisor escolar. A discussão foi desenvolvida a partir de uma revisão bibliográfica, trazendo contribuições de diversos autores.

Utilizou-se uma metodologia qualitativa, que é conclusiva, pois visa quantificar um dado questionamento ou problema. Como aporte teórico, baseamo-nos nas ideias de Ferreira (2003), Gadotti (2004), Lima (2007), Silva (2018), entre outros estudiosos que discutem as funções de coordenador e supervisor dentro da Gestão Escolar.

Para isso, foram analisados artigos, monografias, dissertações, livros e legislação pertinente, trazendo reflexões que contribuem para uma melhor compreensão do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na presente pesquisa, considera-se que, dentro da Gestão Democrática, deve ficar claro que a administração escolar precisa reunir esforços de toda a comunidade para que, entre outras ações, a discussão sobre as formas e os objetivos de ensino seja resultado de uma construção coletiva, preocupando-se com a qualidade da educação e com o fortalecimento do Conselho Escolar.

Infelizmente, um problema que envolve a Gestão Democrática está relacionado às Políticas Públicas educacionais, que mudam suas

concepções e perspectivas de acordo com o tempo de gestão dos governantes, como governadores e prefeitos. Os princípios que regem o partido político escolhido durante a eleição provocam uma descontinuidade nas diretrizes educacionais da rede em questão. Isso porque o governo tem o poder de controlar diferentes situações, como a Gestão Escolar, a ausência de professores, problemas estruturais e sistemas de dados, implicando no controle das escolas públicas.

Outro problema é a formação dos membros do Conselho de Escola. Apesar de contar com a comunidade, muitas vezes a participação dos pais é limitada, pois muitos deles não participam de ações abertas para a comunidade, como datas comemorativas e outros eventos. Isso os afasta da escola e faz com que não percebam a importância de sua presença e participação em eventos como o Conselho Escolar.

Além disso, a aplicação da Gestão Democrática depende dos profissionais envolvidos na gestão da escola. Embora seja importante, nem sempre isso acontece. Tanto o coordenador pedagógico quanto o supervisor escolar têm algo em comum: garantir que a escola cumpra sua função social e construa conhecimentos.

As funções do coordenador pedagógico e do supervisor escolar devem melhorar o ambiente escolar como um todo. Refletir sobre a própria prática, sobre os docentes, superar possíveis problemas e valorizar e avaliar o processo de ensino são atribuições fundamentais para o sucesso nessa carreira.

Atualmente, exige-se desses profissionais a formação de um novo perfil, mais condizente com a concepção de coordenador pedagógico prevista em legislação. É necessário evidenciar que, infelizmente, ainda existem práticas que vão além de suas obrigações devido a algumas ações centralizadoras e hierárquicas presentes em muitas escolas.

No caso do supervisor escolar, a profissão demanda uma visão mais abrangente e articuladora, devendo exercer um papel extremamente importante na escola, visto que este é um articulador, coordenador e estimulador de ações, promovendo discussões e reflexões dentro do espaço coletivo.

Assim, Libâneo (2002, p. 35) complementa que o cargo de supervisor escolar deve ser: “um agente de mudanças, facilitador, mediador e interlocutor.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Gestão Escolar tem por função realizar o planejamento, a organização, a liderança, a orientação, a mediação e outros processos necessários para promover a aprendizagem e a formação integral dos educandos. As estratégias voltadas para a implementação de uma gestão democrática e participativa são ferramentas essenciais para a resolução de problemas e para alcançar uma educação de qualidade.

Entre as preocupações da gestão democrática, estão a formação do conselho escolar, a reorganização dos grêmios estudantis, a reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos e a participação de representantes na escolha dos conselheiros de escola, entre outras atribuições.

Para que uma gestão pública seja realmente democrática e participativa, é necessário enfrentar e superar desafios, como as mudanças nas políticas educacionais a cada eleição. Essas mudanças influenciam diretamente na gestão e nos recursos disponíveis para as escolas, levando em consideração os princípios do partido político eleito e provocando alterações significativas nas diretrizes educacionais, especialmente nas escolas públicas.

No caso das funções de coordenador pedagógico e supervisor escolar, a gestão de pessoas é o coração do trabalho dentro da gestão escolar. A Gestão Escolar refere-se às atividades administrativas, financeiras,

tecnológicas, sociais e pedagógicas relacionadas ao expediente das escolas, conforme as normativas e a legislação vigente, além das ações e relações estabelecidas com a comunidade do entorno (SILVA, 2018).

Uma situação que precisa ser revista é a função do coordenador pedagógico, que muitas vezes acumula várias funções. De acordo com as Políticas Públicas que norteiam essa função, o coordenador deveria ser um dos principais pilares da gestão escolar para que a gestão democrática possa ocorrer efetivamente. Ele atua como intermediário entre os cargos de gestão superiores, os estudantes, os pais e/ou responsáveis e a comunidade.

Portanto, é crucial que todos na escola falem a mesma língua e se fortaleçam mutuamente para que a comunidade possa realmente participar das decisões presentes e recorrentes no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

- ARCHANGELO, A. O coordenador pedagógico e o entendimento da instituição. In: PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza; ALMEIDA, Laurinda Ramalho (orgs.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Loyola, 2003.
- BARROS, L.A.M. **Gestão Democrática Escolar**. 2009. Disponível em: http://repositorio.roca.utfpr.edu.br:8080/jspui/bitstream/1/3513/1/LD_EJA_I_2013_15.pdf. Acesso em: 19 mai. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 010172, de 9 de janeiro de 2001**. Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação. Brasília – MEC, 2001. Disponível em: <portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172>. Acesso em: 18 mai. 2024.
- BRASIL. **Projeto de Lei 4.106, de 2012**. Regulamenta o exercício da profissão de Supervisor Educacional, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=549345#:~:text=PL%204106%2F2012%20nteiro%20teor,Projeto%20de%20Lei&text=Regulamenta%20o%20exerc%C3%ADcio%20da%20profiss%C3%A3o, Educacional%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.&text=Regulamenta%C3%A7%C3%A3o%2C%20profiss%C3%A3o%2C%20supervisor%20educac>ional. Acesso em: 18 mai. 2024.
- DOURADO, L. F.; MOARES, K. N. de; OLIVEIRA, J. F. **Conselho Escolar e Autonomia: participação e democratização da gestão administrativa, pedagógica e financeira da educação e da escola**. Belo Horizonte: UFG, 2006, p. 1-6.
- FERREIRA, N.C. (org). **Supervisão Educacional para uma escola de qualidade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 167-182.
- FREIRE, P. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. Olho D’água. 6. ed., 1995.

- GADOTTI, M. **Escola Cidadã**. São Paulo: Cortez, 2004.
- GERMANO, J.W. **Estado Militar e Educação no Brasil: 1964-1985**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos para quê?** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- LIMA, P.G.; SANTOS, S.M. dos. O coordenador pedagógico na educação básica: desafios e perspectivas. *Educere et educare: Revista de Educação*, v. 2, n. 4, p. 77-90, jul./dez. 2007. Disponível em: site. Acesso em: 17 jun. 2020.
- ORSOLON, L.A.M. O coordenador/formador como um dos agentes de transformação da/na escola. In: ALMEIDA, Laurinda Ramalhode; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza (Orgs). **O Coordenador Pedagógico e o Espaço de Mudança**. São Paulo: Loyola, 2002.
- PARO, V.H. **Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública**. 1996. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n2/a02v28n2.pdf>. Acesso em: 14 mai. 2024.
- SILVA, M.A. Atribuições, concepções e trabalho do diretor escolar após 2007. *Rev. Diálogo Educ.*, Curitiba, v. 18, n. 56, p. 253-278, jan./mar. 2018.
- SILVA, R.M. Processo histórico e político da gestão democrática escolar no Brasil. *Revista de Educação, Ciências e Matemática* v.6 n.2 mai/ago 2016.



EVOLUÇÃO

Ano 51
n. 51
Abri. 2024
ISSN 2675-2573



<https://doi.org/10.52078/issn2675-2573.rpe.52>

ORGANIZAÇÃO:

Manuel Francisco Neto
Vilma Maria da Silva

AUTORES(AS):

Alecina do Nascimento Santos
Andressa Talita de Lara
António Evaristo
Daniela da Silva Souza Santos
Dinah Luisa da Silva
Ester de Paula Oliveira
Elisangela Santos Reimberg Eduardo
Fernanda Jaquelina Irineu Holanda
Janaina Pereira de Souza
Jéssica Midori Ninomiya Ribeiro
Letícia Zuza de Lima Cabral
Luciana Pereira dos Santos Martins
Lucimara dos Santos de Barros
Marcela Rodrigues Pimentel
Maria Aparecida da Silva
Maria de Lourdes Ferreira da Silva
Maria Gilma do Nascimento Azevedo
Marilena Wackler
Monik de Cássia Sena de Almeida Morelo
Monika Shinkarenko
Patrícia Mendes Cavalcante de Souza
Sabino Lázaro Argentino
Sidneia Viana
Sileusa Soares da Silva
Simone de Cássia Casemiro Bremecker

ISSN 2675-2573



Produzida exclusivamente com utilização de softwares livres



Platform &
workflow by
OJS / PKP

www.primeiraevolucao.com.br

